

## SUSTENTABILIDADE E DIREITO DO TRABALHO

### Autor(res)

Renata Apolinário De Castro Lima  
Isabela Braga De Carvalho Alves  
Felipe De Almeida Campos  
Gil César De Carvalho Lemos Morato  
Administrador Kroton  
Marcos Paulo Andrade Bianchini  
Felipe Almeida Da Silva

### Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

### Instituição

FACULDADE ANHANGUERA

### Introdução

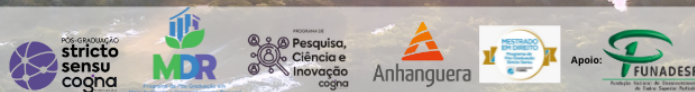
O presente trabalho discorre acerca da sustentabilidade nas empresas, sua aplicação prática e como ambas devem caminhar unidas. Com o objetivo de demonstrar que, o meio ambiente laboral sustentável está diretamente relacionado com a qualidade de vida dos trabalhadores através de uma gestão organizacional sustentável há a concretização do valor jurídico e social da dignidade do ser humano, com reflexos diretos no progresso da sociedade. Adicionalmente, pontua-se que apesar da existência da norma jurídica de traçar o dever legal de agir, ela não tem sido aplicada rigorosamente uma vez que, propostas de flexibilização dos direitos trabalhistas e a precarização das relações de trabalho obstam o implemento de práticas sustentáveis no ambiente laboral e acirram os problemas de saúde, bem-estar e segurança no trabalho. Dito isso, urge a necessidade premente de efetivação e proteção dos direitos sociais, quais sejam: direito à honra, à imagem e à proteção.

### Objetivo

A atividade atual visa examinar a sustentabilidade no ambiente de trabalho e seu impacto na sociedade. Além disso, destaca a importância de debates e políticas públicas conforme normas jurídicas, buscando identificar as causas da falta de aplicação dos direitos dos trabalhadores e como a ineficácia das diretrizes atuais tem agravado essa questão.

### Material e Métodos

Ressalta-se que o procedimento metodológico adotado para a condução deste estudo foi uma revisão bibliográfica abrangente. Essa revisão contou com a consulta a diversas fontes, como artigos acadêmicos, teses, monografias, dissertações e livros especializados que tratam da temática em questão, permitindo um entendimento mais profundo sobre o assunto. Para garantir a solidez da pesquisa, optou-se pelo método hermenêutico, que busca interpretar os elementos textuais com o intuito de elucidar a problemática discutida. Esse método visa não apenas a análise teórica, mas também a identificação de caminhos práticos para a solução das questões. Além disso, o



estudo se baseia no método hipotético indutivo, no qual a linguagem e o contexto são observados de maneira minuciosa, visando revelar impasses e desafios, com foco na identificação de oportunidades para a melhoria e o desenvolvimento da perspectiva analisada.

## Resultados e Discussão

De acordo com Maria Celina Bodin de Moraes (Apud MINARDI, 2010, p. 96): “o princípio da dignidade da pessoa humana é o centro axiológico da concepção de Estado Democrático de Direito e da ordem mundial pautada pelos direitos humanos”. Posto isso, para que seja equilibrada a relação de forma sustentável entre o sistema econômico atual e o trabalhador, deve-se inserir os direitos sociais nas relações de trabalho. Assim, a sustentabilidade tenta, nesse contexto abordar às mais diferentes questões de problemática e de atender as necessidades das empresas. A alteração do paradigma, tem em seu escopo, evidentemente, não deixar de existir o lucro, mas com uma responsabilidade, especialmente de caráter social. Nesse sentido, a individualidade, mesmo no sistema capitalista está com seus dias marcados para o fim visto que, a consciência do todo, mesmo nas relações empresariais, visão dar uma nova meta e parâmetro para todos os envolvidos, logo estamos diante de uma mudança de paradigma.

## Conclusão

A cidadania plena não se realiza sem acesso ao trabalho, pois a atividade laboral é essencial também para a construção da identidade do indivíduo. As corporações precisam buscar o equilíbrio entre lucratividade e respeito aos direitos sociais. O mercado de trabalho deve alinhar-se aos anseios da dignidade humana, equilibrando os direitos fundamentais previstos na Constituição. A visão coletiva, e não apenas individual, deve ser o parâmetro para alcançar a justiça social.

## Referências

LOURENÇO, Alex Guimarães e SCHRÖDER, Deborah de Souza. Vale investir em responsabilidade social empresarial? Stakeholders, ganhos e perdas. In: BROCANELLI, Noelma (Org.). Responsabilidade Social das Empresas: a contribuição das universidades. v. II. São Paulo: Peirópolis, Instituto Ethos, 2003.

MACHADO, Sidnei. O direito à proteção ao meio ambiente de trabalho no Brasil: os desafios para a construção de uma racionalidade normativa. São Paulo: LTr, 2001.

BARROS, Alice Monteiro de. Curso de Direito do Trabalho\*\*. São Paulo: Ltr, 2005.

IPEA. Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça – 1995 a 2015. 2010.

MINARDI, Fabio Freitas. Meio ambiente do trabalho: proteção jurídica à saúde mental. Curitiba: Juruá, 2010.

CASSAR, Vólia Bomfim. Direito do Trabalho. 11. ed. São Paulo: Método, 2015. p. 145.